



Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC)

Documento de Projeto

Fevereiro 2014

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Documento do Projeto

Título do Projeto:	Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC)
Resultado #2 PNUAD:	As administrações públicas e as instituições de controlo são mais eficientes e eficazes no planeamento, orçamentação, implementação e Seguimento & Avaliação (S&A) em linha com os compromissos internacionais.
Resultado(s) Esperado(s) do Programa de Países:	As administrações públicas e as instituições de controlo são mais eficientes e eficazes no planeamento, orçamentação, implementação e Seguimento & Avaliação (S&A) em linha com os compromissos internacionais.
Resultado(s) Esperado(s):	Resultado 1: As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste são reforçadas num contexto de aprendizagem entre pares. Resultado 2: As capacidades de supervisão das finanças públicas pelos Parlamentos e Sociedade Civil são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em Timor-Leste num contexto de aprendizagem entre pares.
Entidade Executora:	PNUD
Agências Implementadoras:	Ministério das Relações Exteriores e Tribunal de Contas
Partes Responsáveis:	Tribunal de Contas, Assembleia Nacional (Parlamento), Plataforma das Organizações da Sociedade Civil, órgãos de comunicação social (AJOC)
Resumo:	<p>O projeto é totalmente financiado pela União Europeia através do envelope A do 10º FED em apoio, entre outros, às Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos, Parlamentares e Organizações da Sociedade Civil em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau¹, Moçambique, São Tomé e Príncipe (países PALOP) e Timor-Leste.</p> <p>O projeto irá utilizar as ações de formação como ferramenta para melhorar as competências e as credenciais dos atores no controlo das finanças públicas, ao mesmo tempo que estabelece plataformas de <i>e-learning</i> em Português garantindo meios de acesso duradouro a bases de dados e informações em Português. O projeto irá igualmente contribuir para o estabelecimento de uma primeira plataforma transnacional de organizações da sociedade civil (OSC) nos PALOP-TL apresentando lições e progressos realizados por essas organizações no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP. Outras atividades que têm como objetivo promover a sustentabilidade irão complementar e apoiar o plano de ação da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP (O-ISC CPLP) e promover a cooperação com o Instituto de Gestão Económica e Financeira (IGEF), envolvendo esta instituição em atividades de formação e capacitação a nível transnacional (aprendizagem entre pares envolvendo atores dos países beneficiários).</p> <p>Mais e melhor acesso à informação (em termos de disponibilidade de informação, bem como da qualidade da informação disponível) é uma pré-condição para a fiscalização/controlo público/externo eficaz e, consequentemente, para a garantia de realização dos produtos do projeto. O impacto do projeto irá depender, no longo prazo, do sucesso da sua estratégia de saída e sustentabilidade das suas ações e atividades. É crucial que os beneficiários do projeto desenvolvam sinergias e dinâmicas que continuem a existir após o término do mesmo. A melhor forma de o fazer é através do desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos no âmbito das instituições nacionais. Esse desenvolvimento de capacidades deve visar competências profissionais e melhoria/desenvolvimento de capacidades de formação interna no campo do controlo externo das contas e finanças públicas, em particular, os TC nos PALOP e em Timor-Leste (TL).</p> <p>O objetivo geral é de promover a governação económica nos PALOP e em TL e reforçar as competências técnicas e</p>

¹ Nas circunstâncias atuais, nas condições básicas da Guiné-Bissau, que permitem um contexto adequado para a implementação de programas de cooperação PALOP-TL no âmbito do 10º FED e para a concretização dos seus resultados esperados não são preenchidas devido à falta de um governo Presidente e um Governo democraticamente eleitos.

Tal como referido na Declaração de Dili, adotada pelo GON dos PALOP-TL na sua 9ª reunião em Dili, realizada em 28 de fevereiro de 2013, a Guiné-Bissau não se encontrará em posição de beneficiar da cooperação PALOP-TL enquanto a ordem Constitucional não for restabelecida e as relações civis-militares não cumprirem com os preceitos da democracia. Assim, de acordo com a posição da UE, sem que um Governo legítimo esteja no poder no seguimento de eleições legislativas e presidenciais adequadas, o país não receberá qualquer apoio institucional.

funcionais das ISC, dos Parlamentos, dos Parlamentares e da Sociedade Civil (incluindo os media).

O objetivo específico é o de melhorar e tornar mais eficaz o controlo externo político, judicial e civil das finanças públicas nos PALOP e em TL para uma utilização mais eficiente e eficaz dos recursos públicos. As ISC desempenham um papel importante na prevenção da corrupção e má gestão da coisa pública, por isso poderá vir a promover sinergias entre as ISC e outras agências de fiscalização, mais especificamente agências de luta contra a corrupção e de procurement (compras).

Este projeto irá abordar diretamente a boa governação e a democracia reforçando o sistema de prestação de contas com controlo externo e independente das finanças públicas como o objetivo específico. Respondendo ao direito dos cidadãos à informação, e apoiando transversalmente a promoção da igualdade de género na despesa pública as suas ações irão produzir resultados transformacionais que deverão ser sustentados para além do ciclo de vida do projeto (entre outros, atividades de formação e sensibilização sobre a igualdade de género dirigidas a Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil). Para o efeito, o PNUD irá associar-se às unidades da ONU Mulher ao nível dos seus escritório em todos os países beneficiários aquando da conceção dos Planos de Trabalho Anuais (PTA) e atividades de formação. As plataformas e soluções de TIC irão desempenhar um papel fundamental nesta estratégia e serão transversais às ações do projeto (entre outros, utilização de videoconferência e ferramentas de TI). As questões ambientais serão tidas em consideração em determinadas atividades, quando se justificar e de acordo com as estratégias e prioridades nacionais dos países parceiros, como por exemplo o reforço das capacidades de supervisão no domínio da extração de recursos naturais em Moçambique. O projeto prevê dois resultados que contribuem diretamente para o objetivo específico:

1. As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem entre pares.

Este resultado visa a construir capacidades através da partilha de conhecimentos entre as ISC, transferência de ferramentas e promoção de boas práticas entre as ISC nos PALOP e em TL com o objetivo de aumentar e melhorar o seu controlo externo e independente sobre a gestão das contas e despesa públicas. De acordo com a lógica de intervenção multi-país do projeto, este processo de reforço será articulado por forma a promover a Cooperação Sul-Sul PALOP-TL, no quadro das iniciativas de cooperação existentes no âmbito da CPLP e novas aprendizagens e troca de experiências entre pares.

2. As capacidades de supervisão das finanças públicas por parte dos Parlamentos e da Sociedade Civil são desenvolvidas para uma análise informada das finanças públicas nos PALOP e em TL num contexto de aprendizagem entre pares.

Este resultado tem como objetivo melhorar o controlo externo político e civil da ação do governo e das finanças públicas, com vista a cumprir os princípios democráticos que respeitem os standards de publicidade e credibilidade. O contexto multi-país dos PALOP e TL promoverá o estabelecimento de mecanismos de avaliação pelos pares que beneficiam Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil, num contexto de experiência comparativa e maior acesso à informação.

Período do Programa:	2014-2016
Área-chave do Resultado (Plano Estratégico):	Governação Democrática
ID Projeto Atlas:	00078797
Data de Início:	Fevereiro 2014
Data de Fim:	Dezembro 2016
Data Reunião CAP:	07 Fevereiro 2014
Management Arrangements:	Execução Direta

Orçamento Total	€6,400,000
Recursos Alocados:	
• Regulares:	_____
• Outros:	_____
Doador (UE)	€6,400,000
• Orçamento não financiado:	_____
Contribuições em espécie:	_____

Praia

Acordado pelo Parceiro de Implementação

Data: 26/02/2014

José Luís Rocha
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
Ministério das Relações Externas, Cabo Verde

Acordado pelo Agente Executor

Ulrika Richardson-Golinski
Representante Residente

Data: 26/02/2014

